

**FACULDADE AJES**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Dayana Karina Arantes Onorio**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

**JUÍNA - MT**  
**2023**

**FACULDADE AJES**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Dayana Karina Arantes Onorio**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia. Orientador: Prof. Dr. Cláudio Silveira Maia.

JUÍNA - MT

2023

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Central**

**Faculdade AJES**

---

Onorio, Dayana Karina Arantes.

O582a      Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. / Dayana Karina Arantes Onorio – Juína – MT, 2023.  
38 f.; il. Color. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Silveira Maia.

Trabalho apresentado como avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade AJES, 2023.

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Leitura. 4. Escrita. I. MAIA, Cláudio Silveira. II. Faculdade AJES. III. Título.

CDU 373.3 (043)

---

Bibliotecária Responsável: Deborah Crhistina Martins – CRB1/MT - 3450

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família, que seria parte integrante e essencial em nossas vidas. Pelo apoio nos momentos difíceis e companheirismo nessa trajetória acadêmica.

“O processo de alfabetização nada tem de mecânico do ponto de vista da criança que aprende. A criança constrói seu sistema interativo, pensa, raciocina e inventa buscando compreender esse objeto social complexo que é a escrita” (Emília Ferreiro)

## **RESUMO**

Este trabalho apresentou os resultados de uma pesquisa bibliográfica realizada sobre alfabetização, com base em autores como Soares (2008) e Ferreiro (2007). O tema escolhido para o artigo é a "A importância da alfabetização e do letramento na idade certa" que tem como objetivo principal compreender como se dá o processo de alfabetização de alunos das séries iniciais do ensino fundamental. A pergunta do artigo é qual a idade certa para a alfabetização? O presente trabalho visa debater o acesso dos alunos às diversas formas de leitura e escrita, e mostrar se o ensino oferecido hoje pelas escolas tem o objetivo de letrar ou apenas fazer com que as crianças adquiram o código da leitura e escrita de maneira mecânica e sem significação.

**Palavras-chave:** Alfabetização; Letramento; Leitura, Escrita.

## **ABSTRACT**

This paper presented the results of a literature survey on literacy, based on authors such as Smith (2008) and Smith (2007). The theme chosen for the article is " The importance of literacy and literacy at the right age " that aims to understand how is the students literacy process of early grades of elementary school. The question of the article is what is the right age for literacy? This work aims to discuss students' access to the various forms of reading and writing, and show whether the education offered today by schools aims to letrar or just to make children acquire the code reading and writing mechanically and without signification.

**Keywords:** Literacy, Lliteracy, Reading, Writing.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1 CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>8</b>
1.1 ALFABETIZAR LETRANDO .....	8
1.2 A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA A CRIANÇA .....	11
1.3 O LETRAMENTO .....	14
1.4 RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO .....	19
<b>2 CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>22</b>
2.1 PROPOSTA ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS.....	22
<b>3 CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>26</b>
3.1 IMPLICAÇÕES DA NÃO ALFABETIZAÇÃO DOS ANOS INICIAIS .....	26
3.2 COMO AS CRIANÇAS APRENDEM.....	28
3.3 AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE.....	30
3.4 MOTIVOS DE ABANDONO E RETORNO ESCOLAR DA EJA E IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO.....	34
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo a qual corresponde esta produção acadêmica se lança a uma reflexão sobre a alfabetização e letramento especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Socializamos neste espaço, a Monografia realizada como resultado do TCC - Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Ajes, na qual enfatizamos os diferentes entendimentos de alfabetização e letramento e os possíveis impactos.

Além disso, trazemos como estes dois conhecimentos são abordados nas propostas oficiais, destacando o Ensino Fundamental e o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade certa, para finalmente apontar uma proposta.

As razões da escolha deste tema foi a nossa identificação pelo mesmo e a necessidade de aprofundamento como futuras educadoras, por entender que alfabetização e letramento serão conhecimentos importantes na nossa profissão, seja como docente ou gestora de Escola da Educação Básica. Buscamos a partir de então, compreender melhor este processo de ensino através de pesquisas bibliográficas, e nos referenciando em autores os quais nos possibilitaram uma maior compreensão à respeito do assunto.

Sendo assim, o leitor encontrará neste documento questões que evidenciam a importância do alfabetizar e letrar em sala de aula, os caminhos que o alfabetizador necessita percorrer para que possa encontrar resultados positivos na busca, diante de formações e estudos mais aprofundados, já que sabemos que devido a complexidade deste processo há a necessidade de formação continuada.

Assim, este estudo propõe-se de modo específico verificar as principais metodologias utilizadas nas práticas docentes ao alfabetizar e letrar os educandos particularmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Desta forma, procurou-se observar de que modo ocorre o processo da alfabetização e letramento e a relação entre professor e aluno, além de procurarmos respostas para as perguntas: é possível alfabetizar sem letrar? Ou, é possível que a criança aprenda escrita sem ser alfabetizada?

Para tanto, o **Capítulo 1** será dedicado a apresentar as diferentes

abordagens de alfabetização e letramento, apresentando a ideia e a trajetória



de alguns autores sobre o tema. No **Capítulo 2** abordaremos sobre alguns entendimentos quanto aos objetivos das novas políticas públicas de alfabetização, em especial a implantação do Ensino Fundamental 6 de 9 anos, e as implicações das mesmas no processo de alfabetização nos anos iniciais. No **capítulo 3** discorreremos sobre o PNAIC- Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa, considerando que tem orientado a formação continuada dos professores dos anos iniciais, primeiro a terceiro ano, discutindo a concepção de alfabetização e letramento, bem como, propondo práticas inovadoras para esse processo. Seguido pelo **Capítulo 4** onde apresentarão os recursos metodológicos utilizados nesse trabalho e a análise de discussão dos principais dados coletados na pesquisa bibliográfica.

Por fim, apresentaremos algumas considerações quanto à discussão realizada, bem como as limitações do estudo e os horizontes para novas pesquisas.

# 1 CAPÍTULO 1

## 1.1 ALFABETIZAR LETRANDO

Saber ler e escrever possibilita o sujeito do seu próprio conhecimento, pois sabendo ler, ele se torna capaz de atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade através da escrita e, desse modo, produzir, ele também, um conhecimento. (Barbosa, 2013, p.19)

Como afirma Barbosa (2013), as práticas pedagógicas são culturais, históricas e evoluem em função das necessidades sociais emergentes e do acervo de conhecimento disponível, acervo esse que permite a elaboração de uma nova teoria, capaz de justificar a nova prática necessária. Assim também aconteceu e acontecerá com a alfabetização. Seu entendimento sofreu transformações significativas ao longo do tempo, implicando em novas pesquisas, metodologias e redimensionamentos.

No caso da alfabetização mais especificamente, o ano de 1789 representa o marco fundamental da associação duradoura entre a alfabetização e a escola, embora apenas 1990 esta associação realmente se efetivasse. Foi neste ano, durante a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, que a alfabetização passa a ser entendida como um instrumento eficaz de aprendizagem da leitura e escrita, ou em outras palavras, passa-se a entender, de que a alfabetização comporta a aprendizagem coletiva e simultânea da leitura e da escrita. É a partir deste período que surgem movimentos de defesa de uma alfabetização mais abrangente e que superasse a mecanização deste ensino. Que a alfabetização, desde o início ensinasse simultaneamente à aquisição dos mecanismos básicos da leitura e da escrita, “o desenvolvimento da comunicação e expressão com ênfase no processo de produção e utilização de textos” (Krammer, 1986, p.19)

A defesa por uma concepção mais abrangente de alfabetização se justificava, pelo fato de ter o domínio da leitura e da escrita e permitir a inserção do aprendiz no mundo da informação, o acesso aos conhecimentos históricos e socialmente produzidos e à possibilidade de criar outras condições diferenciadas para a produção de novos conhecimentos.

Soares (1985, p 21), citada por Krammer (1986, p.17), apontava um conceito de alfabetização o qual teria que ser:

Suficientemente amplo para incluir a abordagem mecânica do ler/escrever, o enfoque da língua escrita como meio de expressão/compreensão, com especificidade e autonomia em relação à língua oral, e ainda, os determinantes sociais das funções e fins da aprendizagem da língua escrita. SOARES, 2008, p.47)

De acordo com Soares (2010), alfabetização é característica por um processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e de escrita, que depende de uma representação de fonema em grafema e vice-versa, mas é também um processo de compreensão e expressão de significados através do código escrito. Ou seja, para a autora:

[...] o processo de alfabetização não ocorre da mesma maneira em diferentes regiões do país, porque a distancia entre cada dialeto geográfico e a língua escrita não é a mesma (sobretudo no que se refere a correspondência entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico) esta seria uma das (poucas) razões para a existência de cartilhas regionais. (SOARES, 2008, p.47)

Assim, para Soares (2010), os dialetos e expressões costumam mudar de acordo com as características regionais das crianças. É necessário levar em consideração o lugar onde a criança é criada, ou seja, seu meio e como ela estimulada, pois as atividades de seu dia a dia ajudam o seu desenvolvimento e aprendizado, pois como as crianças que são mais estimuladas a lerem no seu dia a dia ficam mais próximas dos vocábulos convencionais, contudo, muitas crianças não têm esse incentivo, acabam lendo pouco e ficam distantes da cultura letrada, pois o que estes educandos necessitam é de modelos leitores (COLELLO, 2005.)

Diante dessa realidade, faz-se necessário respeitar as diversidades dos alunos, sempre levando em consideração a sua realidade e suas características. Partindo disso, se tem um ponto de partida para um início do processo de alfabetização.

Para Ferreira (2007), alfabetizar é algo muito complexo, além de uma grande responsabilidade por parte dos educadores, pois em um modelo tradicional de ensino, os docentes apenas transmitiam o conhecimento sem ter a certeza se o aluno estava aprendendo, como se fossem tábuas rasas do conhecimento, no entanto, na atualidade assumem o papel do professor mediador e facilitador do conhecimento, em que este deve ser construído na coletividade.

Teberosky (2007) afirma que antes a alfabetização ficava focada somente na sala de aula com os mesmos exercícios repetitivos, sem significados, ou seja,

atividades oriundas das teorias tradicionais e estes não despertavam a atenção da criança, algo mecânico, que muitas vezes levava a reprovação ou até mesmo evasão.

O pensador Charmeaux (1995) afirma que antes se ensinava a criança a desenhar letras e a construir palavras, porém não se ensinava a linguagem escrita, era algo muito superficial, atualmente a alfabetização é construída junto com os pais que ajudam nesse processo com as atividades de lição de casa e os mesmos muitas vezes estimulam seus filhos através de leituras diárias que são feitas por eles e interpretadas pelas crianças através dos desenhos vistos nos livros.

As crianças podem começar seu processo de letramento antes mesmo de ser alfabetizada, pelo fato que o letramento pode ser realizado através das imagens que muitos livros trazem para que desperte a curiosidade da criança e esta se torne um leitor frequente, desta forma, é necessário um exemplo que será o professor ou os pais, aqueles que mais convivem com estes indivíduos.

As propagandas nas ruas e todo o redor que cercam os aprendizes fazem parte desse processo, pois estes ficam curiosos para saberem o que estão dizendo e procuram decifrar seu significado, por isso a importância da mediação neste processo de incentivo à leitura e descoberta de signos.

Para Freire (2006), o fato é que ler e escrever são duas ações necessárias e importantes no cotidiano das pessoas. Aprender a ler e a escrever envolve muitas formas de pensamento e de ação por parte da criança. Por esse motivo, é importante que o processo parta de sua realidade, do seu mundo e, uma vez iniciado no mundo das letras, o aluno terá, por certo, a sua leitura da realidade cada vez mais ampliada.

Carvalho (2005) questiona que, muitas vezes, o fracasso escolar está associado à prática do professor. De acordo com a autora, desde os anos 1980, é possível identificar diversos fatores escolares responsáveis pela repetência dos alunos e que afetam intensamente as turmas de alfabetização.

Para Carvalho (2005) as condições inadequadas de ensino que enfrentamos hoje está longe de se superar, pois com as turmas numerosas, o despreparo das professoras, os métodos inadequados e mal aplicados acabam criando situações impróprias de alfabetização.

Para Pena (2008), a alfabetizar se caracteriza como uma fase que exige muita atenção, assistência individual ao alfabetizando, paciência e dedicação especial do

professor, ainda que não haja no espaço escolar condições materiais e ambientais capazes de contribuir positivamente no sucesso de alfabetizar.

Pena (2008) afirma que nesta fase da alfabetização, o professor deve ser compreensivo com seu aluno e partir da realidade dele, isto é um meio de colaborar com sua aprendizagem e valorizar suas vivências, seu mundo, suas características e utilizar de materiais e ambientes que o agradem para fazer de sua aprendizagem um mundo prazeroso e interessante.

O mesmo autor ressalta que a alfabetização de hoje deve proporcionar aos alunos condições para desenvolver suas funções cognitivas que estimulem seu pensamento, ação e atuação sobre as a leitura de mundo de maneira independente, crítica e criativa.

Contudo, o professor deve ter consciência das mudanças que ocorrem com o decorrer do tempo tanto nos conhecimentos teóricos como na aplicação prática. Não podemos desprezar o passado pois por intermédio dele amplia-se o presente.

Teberosky (2007) diz que a interação do professor só enriquecerá ainda mais suas atividades. É importante trocar experiências, compartilhar atividades e metodologias, para se aprimorar as técnicas oferecidas em sala de aula.

Portanto, já se sabe que não se deve deixar de lado os conhecimentos prévios desses alunos e que com o passar dos tempos eles vão adquirindo mais conhecimentos e aprendem mais.

## 1.2 A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA PARA A CRIANÇA

Para Pena (2008), é a partir da alfabetização e de seu processo que a criança começa a descobrir o mundo e interagir no meio em que vive, pois assim ela vivenciará situações nas quais a leitura se fez necessária tornando o mundo em que vive mais real.

Ferreiro e Teberosky (2010, p.276) destacam o papel do professor nessa etapa como alguém que pode ajudar a criança:

Para Ferreiro e Teberosky ( 2010, p.276) Parte-se do suposto de que todas as crianças estão preparadas para aprender o código, com a condição de que o professor possa ajudá-las no processo. A ajuda consiste, basicamente, em transmitir-lhes o equivalente sonoro das letras e exercitá-las na realização

gráfica da cópia. O que a criança aprende é função do modo em que vai se apropriando do objeto, através de uma lenta construção de critérios que lhe permitam compreendê-lo.

Assim, para Ferreiro e Teberosky (2010), a aprendizagem deve ser significativa e a construção de seu conhecimento parte sempre da maneira como o professor está ensinando, pois é a partir deste processo que o aluno consegue absorver o conhecimento passado. Sabe-se que por muito tempo o sistema da aquisição alfabetização era fonema e grafema ou vice-versa, hoje é a compreensão e a assimilação entre ambas com significado.

A alfabetização é um processo bastante rico e complexo, e muitas vezes se cai na ignorância de pensar que qualquer pessoa que saiba ler e escrever possa alfabetizar uma criança, esse processo vai muito mais além, e depende de uma boa formação para os professores alfabetizadores nas universidades para que possam formar profissionais competentes.

No entanto, infelizmente não é o que ocorre nos bancos da academia, que deixam de enfatizar e trabalhar tais metodologias e isso com certeza gera consequências na vida do educando.

Desta forma, para que se possa valer o estabelecido pelo Pnaic, que até os oito anos de idade as crianças estejam alfabetizadas, se faz necessário uma formação de qualidade e investimento de políticas públicas na educação.

As tentativas paliativas de oferecer cursos de alfabetização aos professores que estão em exercício, pode de fato amenizar os problemas enfrentados nas instituições escolares, contudo, só será solucionado com um sério investimento principalmente no que diz respeito à educação pública.

A alfabetização vai além de esferas social e cultural, e tem relevância com assuntos pertinentes à globalização e desenvolvimento de uma nação, e que de fato, houve uma diminuição considerável nas ultimas décadas do número de analfabetos no Brasil, no entanto, é apenas o começo de uma tarefa muito difícil.

Contudo, para Teberosky (2007), as práticas escolares de letramento ficam focadas muitas vezes somente à alfabetização e ao ato de ensinar a ler e escrever, sendo que vai muito além disso, também está ligado ao conhecimento de mundo para gerar um conhecimento significativo, essa situação acaba que resultando em uma

aprendizagem de educação descontextualizada da leitura e da escrita, não levando a criança à compreensão esperada no letramento.

Segundo a visão de Schmidt (2003), a linguagem oral assume um papel importante na construção da alfabetização, pois é responsável pela comunicação e estabelecer relações com o cognitivo.

Em contrapartida, existe uma forte crítica em relação aos meios tradicionalistas de alfabetização e letramento, pois estes não são mecanizados, e a criança deve se apropriar da linguagem escrita pois também é um meio de se relacionar com o mundo que a cerca.

Conforme afirmativas de Soares (2003), as formas de letramento em seu contexto histórico e social, surge nos países desenvolvidos em que o problema de analfabetismo é quase nulo, a fim de se promover uma maior democratização do ensino e um desenvolvimento do cognitivo, no entanto o Brasil a questão do letrar surge quando se percebeu que muitas pessoas classificadas como alfabetizadas, não sabiam fazer uso propriamente dos códigos da língua.

Soares (2002) ainda menciona que com a chegada no novo século, existem novas e diferenciadas formas de letrar, pois a globalização culminou com o surgimento das novas tecnologias com como computador e a internet, as pessoas agora devem ser letradas digitalmente.

Ainda afirma que a tecnologia e consequentemente as novas práticas de escrita contribuem para que o indivíduo tanto no mundo digital quanto no mundo global obtenha as particularidades de aprendizagem de cada educando, pois estas devem ser levadas em consideração.

O letramento também ocorre em diferentes escalas, existe o letramento escolar, que ocorre nas instituições e também o não – escolar, que ocorre fora da escola, ou seja, na própria sociedade em que a pessoa está inserida., deste modo, as duas modalidades devem ser levadas em conta, visando a apropriação do aluno e sua significância.

Na alfabetização é indispensável a aprendizagem do código escrito, mas as escolas também devem ensinar as funções da linguagem, pois pertencemos a um mundo escrito e esta linguagem também possui, entre suas funções, exprimir tudo o que os sentimentos não são capazes de expressar, através da palavra. Portanto,

alfabetização e letramento são dois fatores diferentes, e possuem formas e maneiras distintas de se aprender e de formar conhecimento, e que não só a escola é responsável por esta aprendizagem, mas o meio em que a pessoa está inserida, família e sociedade também são incumbidas pelo letrar.

De acordo com Soares (2010) destaca que durante muito tempo, analfabeto era o indivíduo que não sabia escrever o próprio nome. Mas atualmente o que define o analfabeto é a simples escrita de um pequeno texto.

Ou seja, da verificação de apenas a habilidade de codificar o próprio nome passou-se à verificação da capacidade de usar a leitura e a escrita.

Todavia, Soares (2006) verifica que a língua falada é resultado a do letramento, motivo que e é função da escola desenvolver no indivíduo o domínio da linguagem falada corretamente aceita.

### 1.3 O LETRAMENTO

Define-se por letramento o uso da leitura e da escritura e percebeu-se que as vezes, as pessoas não têm o domínio dos códigos, mas domina a questão do letramento por meio do cotidiano e suas práticas sociais.

Soares (2006) afirma que o letramento envolve a leitura sendo um conjunto de habilidades assim como escrever, que compõem o processo de produção do conhecimento. Portanto:

Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita. (SOARES:(2006,p.6).

Portanto para a autora, o letramento é interagir com a leitura. Mas há diferentes tipos e níveis de letramento, isso depende das necessidades, da criança e do meio social no qual está inserido.

O indivíduo letrado é aquele que aprende a leitura e a escrita e faz uso desses elementos, e se envolve em práticas sociais com o uso frequente dessas habilidades.



Soares (2006, p, 67-72) aponta dois elementos essenciais de letramento que são “Dimensão Individual e Dimensão Social”. E a autora também ressalta que a leitura vai além da decifração das letras e códigos, a leitura demonstra as habilidades sobre a língua e da capacidade concreta de comunicação. A segunda dimensão do letramento de acordo com Soares (2006) é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social e de certa forma dependem destes para viver em na sociedade letrada.

As relações entre letramento e sociedade não podem ser separadas de seu uso, pois é das experiências cotidianas que a maior parte das pessoas tem conhecimento de fato, do letramento.

Portanto, para Soares (2006), o letrar é importante para o desenvolvimento cognitivo e econômico e progresso da cidadania e também econômico do indivíduo.

Segundo Soares (2010), Paulo Freire foi um dos primeiros educadores a realçar o poder revolucionário do letramento, pois só assim, o indivíduo poderia transformar o mundo e sua realidade.

Soares (2010) afirma que a verdadeira natureza do letramento são as formas que as práticas de leitura e escritura são assumidas diante dos contextos sociais. Mas isso depende das instituições sociais que propõem e exigem essas práticas. Assim, entende-se que o letramento melhora a consciência de cada um, seja ela na interpretação da própria vida ou na própria atuação na sociedade. Colello (2005) define que a alfabetização é o princípio da comunicação,

ou seja, aprender o alfabeto. Para ela alfabetização é a aproximação das letras, dos códigos para se formar a palavras e com elas os textos e consequentemente a comunicação.

Para a autora, a alfabetização é o processo pelo qual se adquire as competências e habilidades para ler e escrever.

Colello (2005) descreve que quando a pessoa faz uso da escrita, não fica restrito ao ler e escrever, mas em uma forma de comunicação e expressão em um mundo letrado.

Para Freire e Donaldo (2006, p. 68):

A alfabetização é entendida por muitas pessoas como um processo de ensinar e aprender a ler e escrever, portanto, alfabetizado é aquele que lê e escreve. O conceito de alfabetização vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social”.

Nas investigações de Ferreiro e Teberosky (2010), cada pessoa deve entender qual o sentido verdadeiro das aprendizagens dos códigos escritos, somente tendo noção de sua aprendizagem, é que de fato irá se aprender a ler e escrever.

No campo da linguagem nos deparamos com o conhecimento, que ao conhecer os códigos escritos, nos faz pertencente de um grupo seletivo de pessoas dentro de uma sociedade.

Alfabetizar não é apenas o ato simplório da decifração de códigos e letras, vai muito além, é algo totalmente político e social e o letramento não é simplesmente copiar e ler imagens, contudo os processos de alfabetização e letramento são indissociáveis e os dois visam as chamadas práticas sociais.

Para ler o mundo que nos cerca é necessário inteligência e criticidade em que essas habilidades serão desenvolvidas no campo escolar, e acima de tudo ter a noção de que compreender um texto é imensamente mais importante do que decorá-lo, a ação mecanizada não serve de absolutamente nada, se o leitor não souber do que se trata o assunto, além do que as práticas tradicionais na alfabetização já foram abolidas no campo pedagógico.

O prazer pelo hábito da leitura só virá quando de fato o leitor interagir e compreender o texto, acima de tudo o educando necessita de modelos para ser um efetivo leitor, desta forma, os pais e os educadores devem incentivar essas práticas constantemente, para que este crie a autonomia da leitura.

De fato, a leitura e a escrita, estão condicionadas ao meio social em que a criança está inserida, pois, por mais que a escola promova o hábito de ler e escrever, só será concretizado quando o educando tiver um exemplo diário.

Por meio da leitura e da escrita, o indivíduo pode expressar suas emoções e tudo aquilo que se tem vontade e transcende tudo o que faz parte de sua identidade e cultura.

Estaria Magda Soares já se referindo ao letramento? Outros autores poderiam

ser aqui citados, mas o que queremos salientar que neste contexto, a alfabetização é entendida como o processo de inserção da criança ao mundo cultural, ao conhecimento social diante de uma perspectiva de ensino que possa possibilitar a esta criança, o entendimento, o domínio e o uso da leitura e escrita no mundo ao qual se insere. E, que nesta nova perspectiva, implica mudança no que se refere ao ensino da leitura e da escrita.

A criança para se alfabetizar terá que interagir com outras pessoas, ter contato com muitos textos de diferentes gêneros disponíveis na sociedade e, principalmente, produzir seus próprios textos. Na medida em que a alfabetização recebe novos entendimentos e novas dimensões, principalmente quando é compreendida como um conhecimento importante para a sociedade e, também para a inserção da criança nesta sociedade, vai exigindo uma escola mais comprometida com este entendimento, o que implica em práticas adequadas e de profissionais preparados/engajados para dar conta desta aprendizagem.

Os educadores cientes de que o acesso ao mundo da escrita é em grande parte responsabilidade da escola, têm clareza sobre a necessidade de entender a alfabetização como um conhecimento complexo, pois, a eles cabe trabalhar as múltiplas possibilidades de uso da leitura e escrita na sociedade. Neste sentido, há um movimento (embora outros o questionem) de que as práticas de alfabetização devam ser orientadas de um modo que se promova a alfabetização juntamente com a perspectiva do letramento, assim como, entre outros pesquisadores, Soares (2001), defende o uso desse exercício.

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...: habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos, habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever: atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...]. (SOARES, 2001, p. 92)

Analisando o conceito de alfabetização, agora já articulado ao letramento- é importante analisar também, as contribuições de Paulo Freire, pioneiro em dar à alfabetização um caráter político, havendo a necessidade da mesma considerar a compreensão de mundo das relações políticas, econômicas e sociais, pois se aprende

a ler e a escrever para poder participar nesta e desta sociedade como sujeito de direitos. Então, para Freire, trabalhar a alfabetização em uma perspectiva do letramento (embora nunca tenha se referido a esta terminologia) é uma opção política.

Embora os debates sobre esta visão de alfabetização já estejam bastante evidenciados, pelo menos na teoria, ainda há profissionais que não buscam conhecer a realidade cultural dos sujeitos em ação, e continuam ao reducionismo de que alfabetizar é somente trabalhar com o código alfabético, marginalizando com isso a criança como sujeito protagonista e coautora deste processo de aprender a ler e escrever.

A alfabetização, nesta nova perspectiva já não é mais tarefa exclusiva de único professor, mas é compromisso de toda a escola e também da própria sociedade. Atualmente o desafio é de que todos, em parceria, trabalhem juntos, produzindo didáticas de alfabetização que realmente ensinem e não permitam a criança ou o jovem sair da escola sem este conhecimento tão necessário para sua integração no mundo comandado pela linguagem.

Com a implantação do Ensino Fundamental dos nove anos, os profissionais muitas vezes perguntam se criança com idade de 6 anos já deve partir por este processo da alfabetização.

Este questionamento se dá, geralmente pelos pesquisadores da infância que se preocupam com o aceleração da própria infância. No entanto, observando várias escolas, e lendo outros autores, é possível perceber que o processo de alfabetização/letramento já ocorre desta idade na Educação Infantil. Iniciar aos seis ou sete anos, não é problema, o problema está nas metodologias que estão adequadas ao modo da criança aprender. Os professores precisam com a experiência profissional e as formações continuadas, proporcionar um ensino de qualidade na busca de uma alfabetização esperada, desenvolvendo diferentes metodologias que instiguem a criança a desvelar/ se apropriar das diferentes linguagens.

Nos dias de hoje, nos perguntamos muito, qual a educação, aprendizagem que devemos trabalhar para o desenvolvimento da criança? Como devemos alfabetizar? São perguntas que o profissional junto com a escola, precisa responder e materializar estas respostas na construção de um currículo pautado nestes sujeitos, na elaboração de propostas metodológicas, buscando, questionando, para fluir no processo de

ensino-aprendizagem.

A alfabetização precisa estar centrada na compreensão e comunicação, levando em conta o processo, modo de aprendizagem das crianças e de cada criança, pois como afirma Demo (2007, p.70): “A questão fundamental é de aprendizagem a partir das crianças. Assim a leitura não pode ser ensinada para as crianças. A responsabilidade do professor não é a de ensinar as crianças a ler, mas a de tornar a aprendizagem possível”.

Independentemente do projeto que esteja sendo desenvolvido na escola, importante que haja uma abertura para o professor e a criança desencadearem a alfabetização propriamente dita, desde que tenha sentido para a criança, pois isso é um cuidado profissional, ocorrendo segundo Pérez e Garcia:

De forma democrática, reflexiva e participativa que atribua ou transfira gradativamente para o aluno, a responsabilidade da construção do conhecimento, que ofereça aos alunos a possibilidade real de participar ativamente de sua própria aprendizagem, negociando, chegando a consensos e escutando suas propostas de atividades e projetos a serem realizados. (...) a criação subjetiva e a independência intelectual que abrem as portas para a transformação individual e coletiva. (1997,p.25).

#### 1.4 RELAÇÃO ENTRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Letramento, segundo defensores do mesmo, como Soares (1999) e Kleimam (2007), principalmente, refere-se à apropriação da leitura e da escrita para uso social, trazendo consequências (políticas, sociais, econômicas, culturais...) para indivíduos e grupos que se apropriam da escrita, fazendo com que esta se torne parte de suas vidas como meio de expressão e comunicação. O sujeito torna-se usuário da leitura e da escrita na vida social. Neste sentido, letrado é alguém que se apropriou suficientemente da escrita e da leitura a ponto de usá-las com desenvoltura, com propriedade, para dar conta das situações sociais e profissionais.

Se considerarmos a realidade da sociedade contemporânea fica claro que apenas dominar mecanicamente a leitura e a escrita não é suficiente, em razão disso surgem estes movimentos defendendo a necessidade de associar ao processo da alfabetização, o letramento na perspectiva de fazer deste processo a aprendizagem de conhecimentos socialmente necessários. No que se refere ao tempo escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, período decisivo para o processo da

alfabetização, o letramento teria que ser entendido muito mais como uma forma de ampliação do próprio entendimento da alfabetização ou como modo de complementar este processo.

É sabido de que a formação do leitor ou do escritor se inicia desde o seu processo de sua inserção no mundo comandado pela linguagem e, mais especificamente no período que estes conhecimentos, leitura e escrita, são objetos centrais da prática educativa, ou seja, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, quando o ensino é direcionado intencionalmente para estas aprendizagens. Os defensores da inclusão do conceito de letramento advertem que não é a aquisição do sistema da escrita em si que desenvolve o intelecto, mas o seu uso na multiplicidade de funções. A escrita afeta a maneira de pensar nos processos de leitura, na interpretação, na discussão e na produção de textos.

O letramento é debate internacional e surgiu a partir das reflexões em torno do analfabetismo, quando se observou que embora as crianças saíssem da escola alfabetizadas, esta aprendizagem não lhes dava condições de inserir-

se de forma efetiva na sociedade. Surge o letramento para dar continuidade ao processo que a criança já vinha construindo antes do ingresso da escola, pois vivia numa sociedade letrada e já interagia com várias linguagens disponíveis na sociedade e, também por conviver e interagir com pessoas que já lidavam com estas linguagens e suprir as faltas ou lacunas do processo de alfabetização.

Assim o letramento é o resultado de uma pesquisa sobre a situação do analfabetismo, vendo a necessidade de buscar uma aprendizagem mais efetiva, sólida e necessária aos tempos atuais. Em razão disso, a intenção não era o de substituir a alfabetização. Segundo Soares apud Carvalho (2005): no Brasil, os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam, se sobrepõem e frequentemente se confundem: Isso não é bom, pois os processos de alfabetizar e letrar, são específicos. Alfabetizar é ensinar o código alfabético, letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e da escrita (2003, p.5).

O letramento, para Kleimam (2007), tem como o objetivo a reflexão de ensino e da aprendizagem considerando os aspectos sociais da língua escrita. Assumir o letramento, segundo a autora, no espaço escolar é adotar o processo de alfabetização no processo social da escrita, em detrimento a uma concepção tradicional que

considere a aprendizagem de leitura e produção textual, a um percurso de habilidades de aprendizagens individuais. Atividades que envolvem letramento, não se diferenciam das demais atividades de vida social, ou seja, são sempre atividades coletivas, cooperativas, envolvendo vários participantes e diferentes saberes. Ainda segundo a autora, letramento não é alfabetização, e sim um trabalho onde se estabelece as relações entre os fonemas, grafemas, um processo de estruturas linguísticas, é prazer, lazer, ler em lugares diferenciados, não só na escola, mas em exercícios de aprendizagem. Letramento é obter informações através de leituras de diferentes gêneros textuais, buscando da informação, buscar a leitura para seguir certas instruções, usar a escrita para se orientar no mundo, descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita. Por fim, letramento é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita.

Embora o debate sobre o letramento esteja avançando, ainda há autores que defendem que esta preocupação com o letramento é de certo modo exagerada. Assim Demo (2007, p. 29), rebate este posicionamento reforçando o conceito de alfabetização de Paulo Freire e afirma que este movimento de continuidade e processo que os defensores do letramento fazem, também ocorre na alfabetização:

Desde que se entenda a alfabetização como processo de ler o mundo, o que exige domínio do código, mas na condição de simples instrumento formal. O que importa é a habilidade de dar conta da realidade circundante pela via da interpretação e intervenção questionadoras, reconstrutivas.

Tomamos apenas dois autores para analisar a complexidade deste processo e defender que, nós professores e professoras, precisamos compreender estes debates e tomar decisões. Hoje no Brasil se busca muito nas escolas reduzir os índices de reprovações do que os do analfabetismo e isso mascara a realidade. A sociedade precisa dar mais atenção à formação de cidadãos que saibam ler e escrever de tal maneira que possam apropriar-se destas práticas sociais no seu cotidiano. É neste sentido que letramento se torna importante no processo de aprendizagem, não apenas na leitura e da escrita, mas também nas áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar.

E o que dizem as políticas públicas de Educação para a Alfabetização?

## 2 CAPÍTULO 2

### 2.1 PROPOSTA ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

A promulgação da Lei Federal 11.274 de 06 de fevereiro do ano de 2006, tornou obrigatória a oferta de “Nove Anos de Ensino Fundamental” para todas as escolas do País, tendo entre seus objetivos a melhoria deste nível de escolaridade, considerando a posição indesejável que o Brasil ocupava na classificação organizada pelo Programa Internacional de Avaliação Escolar (PISA)

A implantação do Ensino Fundamental de nove Anos (EF9), não apenas tornou obrigatória a oferta, como tornou obrigatório o ingresso de todas as crianças desta idade. Com esta duração ampliada, o EF9 passou a colher uma parcela da população brasileira que não conseguiam vagas nas redes públicas de ensino na educação infantil e não teriam condições de arcar com os custos de uma educação privada. Segundo os órgãos oficiais (textos disponibilizados no site do MEC), principalmente o livro Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade + 1 ano é fundamental (Brasil, 2006<sup>a</sup>), ora denominado Documento 1, com esta nova política se estaria corrigindo uma distorção/injustiça, incluindo todas as crianças de seis anos na escola.

Esta implantação, a qual além de expandir o tempo de duração de escolarização, antecipa a entrada da criança na escola regular, o que gerou muitos questionamentos por parte de pesquisadores da infância e produziu impactos no cotidiano das escolas e na vida das famílias dos filhos em idade escolar. Em relação aos responsáveis pela sua efetivação como: professores e, gestores, principalmente, mobilizações foram e continuam ocorrendo, pois reconfigurações, mudanças se fizeram e fazem necessárias, desde a adequação de espaços físicos, garantia de materialidade adequada, adaptação dos instrumentos de registro, das normatizações, mas, sobretudo nas propostas pedagógicas. Para melhor orientar a compreensão da proposta e responder às inúmeras indagações dos professores, o MEC, através da Secretaria de Educação Básica, elaborou o documento 2, no qual apresenta em síntese, respostas às inquietações dos professores, contemplando aspectos legais, pedagógicos e, de infraestrutura, entre outros.

Os educadores e pesquisadores contrários à antecipação do ingresso da



criança de seis anos na escola regular questionavam a estrutura, organização e o ensino do Ensino Fundamental, as quais não estariam adequadas para acolher crianças desta idade, que seu ingresso aceleraria a infância e que lugar de criança de seis anos seria na Educação Infantil. Além disso, destacam a questão da formação do professor.

Por outro lado, havia outros educadores também de renome que defenderam e apoiaram a implantação, considerando EF9, mais que uma determinação legal, mas como a efetivação de um direito, especialmente aquelas crianças que não tiveram acesso as instituições educacionais. Junto à defesa, no entanto, também argumentavam da necessidade de um trabalho de qualidade no interior da escola, propiciando a aprendizagem, havendo respeito na especificidade da infância em todos seus aspectos, exigindo também dos órgãos da escola a manutenção da estrutura física, pedagógica e financeira. Afirmavam que esta seria a oportunidade de ressignificar o currículo e os espaços/tempos pedagógicos, como por exemplo, trazer uma aproximação entre a Educação infantil e os Anos Iniciais, sugerindo inclusive que para a reestruturação curricular dos Anos Iniciais considerassem elementos das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, principalmente no que se refere ao entendimento da criança e suas necessidades, assim como suas possibilidades e metodologias.

Nos documentos referentes ao EF9 elaborado pelo MEC está explicitado que o ingresso dessas crianças no Ensino Fundamental não pode constituir-se numa medida meramente administrativa. Precisa-se de muita atenção no decorrer do processo de desenvolvimento e aprendizagem, possibilitando conhecimento e respeito as suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Ao ler todos os documentos, principalmente o Documento 1 para sua implantação é perceptível o tempo todo, que a centralidade está na aprendizagem e que esta está pautada na concepção da criança como sujeito de direito, produto de uma cultura e ao mesmo tempo produtora. Destacam: a infância como eixo primordial para a compreensão da proposta; a brincadeira na reestruturação curricular (não apenas para os primeiros anos, mas para todo o ensino fundamental); a importância das diversas expressões para o desenvolvimento da criança; a acolhida da criança na escola, as áreas do conhecimento articuladas entre si, a importância da relação das crianças com o mundo da leitura e da escrita e, uma avaliação emancipatória tendo a

aprendizagem como referência. Além disso, destaca a importância do planejamento e oferece alguns subsídios para a organização do ensino.

Igualmente, nestes documentos estão explicitadas as condições para esta implantação, que os espaços educativos teriam que ser reorganizados e que a organização curricular teria que ser reconfigurada e que uma ampla formação continuada dos docentes teria que ser instaurada. Em decorrência disso, por parte do governo também haveria um maior compromisso para a implantação no que se refere a recursos didáticos, financeiros, entre outros.

Importante ressaltar que a entrada da criança com seis anos no ensino fundamental implica numa busca mais avançada na aprendizagem, onde professores junto da escola necessitam percorrer barreiras, caminhos positivos a serem alcançados na área da alfabetização, principalmente o fato de que a alfabetização do aluno deverá acontecer nos três primeiros anos do ensino fundamental. “A avaliação, constituída como um momento necessário de construção de conhecimentos, assumirá forma processual, gradual, cumulativa e diagnóstica, sendo redimensionadora da ação pedagógica” (BRASIL, 2008). No entanto, conversando com professores e observando o processo de alfabetização em algumas escolas, observa-se um trabalho ainda bastante fragmentado e descontinuado, um descontentamento quanto ao processo de implantação, principalmente pelo fato de vir “de cima para baixo, sem a participação dos professores nos debates”. Gestores denunciam a falta de infraestrutura. O fato é que neste ano de 2014, a maioria das escolas já concluíram um ciclo de formação e poucos falam dos impactos sobre a aprendizagem das crianças, pois, como escreve Schneider e Durli, 2009, p. 200):

[...] obviamente, a obrigatoriedade legal não assegura que todas as crianças em idade escolar tenham acesso à educação e possam concluir o ciclo obrigatório. De igual forma, o aumento da escolarização obrigatória não se traduz, necessariamente, em melhoria de qualidade do ensino.

Por outro lado, A UNESCO: OREALC (2001) defende a ampliação da escolaridade obrigatória, pode sim melhorar o nível de aprendizagem. O EF9 teve além de outros interesses, a melhoria da aprendizagem das crianças por várias razões, a realidade escolar ainda está muito distante daquilo que está proposto, entre as causas que poderíamos apontar foi a forma de sua implantação, principalmente

pela falta de sensibilização e mobilização dos professores. Atualmente o Governo vem fazendo grandes investimentos na formação continuada dos professores, entre estes destacamos o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, o qual poderá contribuir para que todas as crianças brasileiras não só antecipem seu ingresso ao ensino fundamental, mas que este tempo realmente traga resultados mais positivos.

### **3 CAPÍTULO 3**

#### **3.1 IMPLICAÇÕES DA NÃO ALFABETIZAÇÃO DOS ANOS INICIAIS**

O analfabeto funcional atualmente é vítima de discriminação na sociedade e dificilmente conseguirá um posto de prestígio já que somos característicos de um mundo letrado, isso acarreta também em suas realizações básicas por não receber um salário digno.

Muitas vezes os alunos fogem dos bancos escolares pois tem dificuldades com a leitura e escrita e não consegue acompanhar os demais colegas, por vergonha e se sentir excluído a evasão escolar é um dos mais graves problemas que encontramos atualmente.

O analfabetismo funcional, pode ser entendido sob duas vertentes, um descaso das políticas públicas e ou estratégia encontrada pelos governantes para simplesmente dominar a população e adquirir mão de obra barata para a realização dos mais diversos trabalhos.

Muitas vezes mesmo após sair dos bancos escolares, muitas pessoas sofrem com isso, que não consegue nem ao menos interpretar situações cotidianas de seu trabalho.

Nos últimos anos houve uma baixa no número de alunos analfabetos completos, mas, no entanto, o grau daqueles que são considerados analfabetos funcionais cresce a cada dia e é infelizmente um dos maiores problemas dos países industrializados ou em ascensão, que também merece um estado de alerta.

A principal maneira de solucionar essa situação é alfabetizar um número maior de pessoas com maior qualidade, incentivo à leitura e mais atividades que estimulem o cognitivo e a criticidade do educando.

Contudo, pensando em minimizar cada vez mais o analfabetismo no Brasil, não basta ficar restrito somente nas práticas de alfabetização, mas também na valorização do profissional da educação, pois este deve ter um capacitação e apoio durante a suas práxis educativa.

O Plano da Alfabetização na Idade Certa, propõe que até os oito anos a criança deve estar alfabetizada para poder exercer seus princípios de cidadania, caso isso não

ocorra, a situação será cada vez pior, pois o número de analfabetos funcionais crescerá.

Após os oito anos, a alfabetização fica mais difícil como podemos constatar nas séries iniciais do fundamental II em que as crianças não são inseridas com o devido letramento e isso gera perdas significativas na educação dessa criança, acarretando outras dificuldades, pois muitas vezes o educando não entende os conteúdos transmitidos e devido a um número excessivo de alunos em sala de aula, por muitas vezes, o caso de analfabetismo acaba sendo tratado como indisciplina ou imperatividade, mesmo que erroneamente.

Sendo assim, esse aluno pode sofrer em duas esferas, passar ao longo dos anos do fundamental sem desenvolver as competências e habilidades mínimas desse estágio gerando uma progressão compulsória e um déficit de aprendizagem ou por muitas vezes este repete de ano atrasando seu desenvolvimento cognitivo, sendo que essa “punição” não gera soluções para o indivíduo, e os problemas permanecerão.

Portanto, podemos citar a grande importância do Pnaic, pois se esse aluno está com dificuldades, o profissional será capacitado para ter iniciativas criativas para superar as dificuldades da criança, pois o processo de alfabetização e letramento é muito complexo e os estados e municípios deverão ter um maior cuidado quanto a isso.

Logo, se o objetivo principal desse plano é a alfabetização eficaz dessas crianças, se tem também uma preocupação com o futuro do país, pois são essas crianças que tomarão o mercado de trabalho, o mundo acadêmico e as áreas da saúde, e para que o país se desenvolva precisamos de mentes pensantes e não apenas reprodutoras, pois ser letrado não é apenas decifrar códigos e sim se tornar autônomo, independente e cidadão crítico.

Portanto, a educação precisa de investimentos e a criança também necessita deste desde pequena, para que o educando não se perca no caminho e crie sua identidade, sabe-se que o investimento é grande, porém o retorno é promissor.

A Unesco começou a estabelecer os termos de analfabeto funcional em meados da década de 1970, e ficou característico como pessoas que conhecem as grafias e reproduzem a língua escrita, mas que não faz uso corretamente por falta de uso e exercício com estas.

Pode-se ressaltar que um país que tem problema com analfabetismo exprime sérias consequências para a política e economia do país.

### 3.2 COMO AS CRIANÇAS APRENDEM

Com a aprovação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) pelo Senado Federal através da medida provisória 586/2012, a principal questão apresentada foi à idade considerada como 'certa' pelo Pnaic.

De acordo com tal pacto, visando as questões referentes ao cenário econômico global do Brasil, se fez necessário um conjunto de ações, principalmente inerentes à educação, sobre a alfabetização das crianças matriculadas em escolas públicas. Ao aderir ao Pacto, o objetivo é alfabetizar essas crianças até os oito anos de idade.

O Pnaic prega a formação continuada de professores alfabetizadores, que são e professores de classes multisseriadas visando a qualidade da aprendizagem e a prática docente.

Atualmente existe o programa Pró – letramento que foi implementado em 2005 e tem como objetivo principal, propiciar a melhoria do desempenho escolar, tanto em nível da aprendizagem das crianças e investimentos na formação docente.

No entanto, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa prevê que o educador desenvolva as competências e habilidades da leitura e escrita, desta forma, são realizadas avaliações a fim de verificar a aprendizagem dos educandos.

De acordo com Ferreiro (2007), as crianças devem se apropriar de todo o seu conhecimento de mundo, que também possibilita a aprendizagem significativa e colabora para o desenvolvimento da competência escritora.

O Pacto sugere várias etapas a seguir, com o intuito de atingir uma educação com um currículo de qualidade, sempre visando o direito da cidadania, isto é, respeitar os direitos de aprendizagem das crianças, pois cada indivíduo aprende de maneira única, portanto, carecem de atendimento às suas singularidades.

Um ponto primordial em relação à escrita, é fazer relatórios, pois os estudantes chegam com pouca formação escrita, e este auxilia a prática do trabalho docente, desta forma, pode-se avaliar o avanço em suas aprendizagens.

Ser alfabetizado significa dominar os códigos da língua escrita, mas que não

se pode ficar focado apenas nessa tarefa, se faz necessário ir além, compreender os diferentes gêneros pertencentes à língua materna e possuir o letramento, pois este em consonância com a alfabetização, propiciará a interação do leitor com o mundo a sua volta.

De acordo com Vygotsky (2011), as crianças aprendem em relação ao meio e o contato com as outras pessoas, essa tarefa de fato é realizada no âmbito escolar, pois é nessa instituição que os educandos além de se socializar vão construindo o conhecimento com a ajuda do mediador.

O autor ainda fala sobre a ligação entre pensamento e linguagem, que uma esta totalmente ligada a outra, então de acordo com ele, quanto mais uma pessoa pensa melhor será sua linguagem, e vice-versa, sendo assim a cultura se liga nesse quesito, pois um conhecimento empobrecido gera uma cultura empobrecida.

A criança precisa estar inserida em um âmbito de cultura elevada para se desenvolver melhor, usando tudo que esta em sua volta, para conseguir sair da zona de desenvolvimento real e ampliar seu potencial, a mediação e o ambiente escolar são importantes para a construção de significados do indivíduo.

A cultura fornece a criança sistemas simbólicos que constroem a realidade, dessa forma é essencial, a participação das instituições família e escola, para desenvolver sua habilidade, fugindo apenas do caráter biológico.

A expressão oral favorece a ordenação do pensamento infantil e do desenvolvimento do raciocínio lógico ajudado na sua formação.

De acordo com Ferreiro e Palácio (2007), o ato de ler e escrever na fase da alfabetização não se resume apenas em decifrar palavras, mas sim em um processo que gradativamente é feito diariamente.

A criança está aprendendo constantemente, seja nas relações familiares ou sociais. Já na relação ensino - aprendizagem isso não acontece desta maneira, pois nem sempre a criança se sente a vontade e tem facilidade para entender e aprender o que a professora está explicando. (SOARES, 2010).

De acordo com os estudos de Smith (2008), a linguagem não verbal com crianças, seria uma comunicação através de figuras que podem ser retiradas da internet e impressas ou de revistas, desta forma as crianças começam se

familiarizando com as imagens, até formarem sentenças mais complexas, isso seria uma nova forma de comunicação não verbal.

O que acontece muito, com crianças não verbais é a simplificação da linguagem, em que ela é colocada no modo de opções, sendo assim ela escolhe entre uma ou outra coisa, não desafiando seu potencial, desta forma, a criança monta sentenças através de imagens que podem expressar o que ela realmente está sentindo.

De acordo com Bondy e Frost (1994) trabalhar com método de figuras é muito importante para expandir o acervo de imagens, que nesse caso seria a linguagem dessas crianças, passando por fases assim como a própria alfabetização. Para isso é preciso saber se as crianças, tem a compreensão do que está inserido, ou seja, o que a imagem representa, para depois começarem a expandir suas fontes e formarem sentenças, mostrando o que eles realmente veem ou sentem, ou precisam e querem e formar sentenças através de cartões contendo sentimentos e imagens de objetos, nesse caso tudo só pode ser feito através de mediação, por isso a importância do convívio e a interação com o outro.

Deste modo, essas atividades além de ensinar a criança, a diverte e contribui para apropriação deste conhecimento é mais significativa e nela permanecem.

A criança aprende observando modelos e ações dos outros. Para Vygotsky (2011), a criança aprende e se desenvolve de forma individual e independente, a partir de exemplos e convivência com outras pessoas, especialmente dos adultos.

Muitas vezes, a aprendizagem individualista pode gerar certas tendências agressivas nas crianças, e determinadas condutas consideradas antissociais.

Quando a aprendizagem surge pela própria criança no seu cotidiano, ela desempenha um papel predominante, ou seja, a criança por si só constrói seu conhecimento, modifica situações, reestrutura seus esquemas de pensamento, interpreta soluções para fatos novos, o que favorece seu desenvolvimento intelectual, principalmente, na fase pré-escolar.

### 3.3 AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

Segundo Souza (2011) a partir das ideias de Paulo Freire houve uma mudança



no modelo de alfabetização que era empregado anteriormente, pois havia uma certa tendência a memorização no processo de alfabetização do que a formação de um aprendizado significativo ao aluno.

Freire era um grande questionador das práticas tradicionais de ensino e defensor que para um aprendizado que valorizasse o educando não podia ser algo pronto, mas que fosse construído dia após dia. Para este célebre autor, as práticas antigas de alfabetização era uma das principais consequências da evasão escolar.

Sob o olhar freiriano, foi possível detectar que a alfabetização por meio das cartilhas não agregava em nada ao conhecimento e muito menos correspondia com a realidade da educação de jovens e adultos. O mesmo ainda ressaltou que deveria se alfabetizar para a realidade que cerca o indivíduo.

Conforme explicações de Lopes e Souza (2005, p.11) Paulo Freire educava a partir da seguinte concepção:

[...] baseia-se na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Esses dados devem ser organizados pelo educador, a fim de que as informações fornecidas por ele, o conteúdo preparado para as aulas, a metodologia e o material utilizados sejam compatíveis e adequados às realidades presentes. Educador e educandos devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de alfabetização. É importante que o adulto alfabetizando compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar na sua vida o conteúdo aprendido na escola.

Desta maneira, podemos ressaltar a importância de trabalhar as teorias construtivistas para que o aluno adulto aprenda e permaneça na escola, pois anteriormente aos estudos de Freire, não havia a construção da identidade dos alunos.

A postura educacional de Paulo Freire sempre esteve pautada no respeito ao educando e o pleno desenvolvimento da criticidade e autonomia, sobretudo o grande teórico que é referencial em termos de educação, resalta que esta não é neutra e que tem total relevância com as políticas públicas aplicadas e devem ser questionadas através da criticidade.

De acordo com Feitosa (1999), o simples fato da aprendizagem de leitura e escrita estão intimamente ligados a questões políticas, pois ao se alfabetizar, de acordo com o autor, é desafiar o papel que a pessoa assume diante da sociedade,

portanto, um pensamento que vai ao encontro da vertente freiriana.

Outro ponto de grande importância discutido por Paulo Freire (1987) diz respeito a utilização do diálogo em que o aluno se torna um sujeito participante do processo de aprendizagem e no caso da educação E valoriza todo o saber prévio que o educando já traz consigo na sala de aula.

Essa questão de valorização dos conhecimentos trazidos pelo aluno é também ponto central da política educacional de Paulo Freire, pois segundo este teórico, não deve haver nada distante da experiência do educando, o conhecimento deve ser significativo e transformador.

O conceito de educação bancária em que o professor apenas transmite o conhecimento e conteúdos ao aluno é algo totalmente fracassado, Freire(1987) afirma que o educador deve ser um mediador do processo educativo e transformar o conhecimento que antes era mecânico em um ato reflexivo.

Ainda sob as perspectivas de Paulo Freire a educação deve ser transformada através do diálogo e ser entendida como uma prática constante de liberdade, criando uma consciência do aluno sobre o mundo que o cerca, sem deixar de lado a reciprocidade contínua de conhecimento entre professor e aluno.

Contudo, apesar de extrema importância que Paulo Freire exerce sobre educação, em uma entrevista cedida a Pelandré (1998, p.54), o importante estudioso aborda que não considera seus pensamentos referentes a educação como uma metodologia de ensino a ser seguida:

Eu preferia dizer que não tenho um método. O que eu tinha, quando muito jovem, há 30 anos ou 40 anos, não importa o tempo, era a curiosidade de um lado e o compromisso político do outro, em face dos negados, dos proibidos de ler a palavra, relendo o mundo. O que eu tentei fazer, e continuo fazendo até hoje, foi ter uma compreensão que eu chamaria de crítica ou dia dialética da prática educativa, dentro da qual necessariamente, há uma certa metodologia, um certo método, que eu prefiro dizer que é um método de ensinar.

Diante dessa declaração de Paulo Freire podemos estabelecer que a educação e alfabetização na visão do grande pensador exerce um papel de conscientização e que promove uma educação libertadora, além de valorizar a cultura do educando.

Podemos ainda estabelecer a relação de que Paulo Freire pretende conscientizar o sujeito através da educação acerca de sua realidade a fim de transformá-la, tendo a existência do diálogo e valorização dos saberes prévios dos

educandos, pois apesar de não serem alfabetizados, possuem o que é chamado de letramento.

### 3.4 MOTIVOS DE ABANDONO E RETORNO ESCOLAR DA EJA E IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO

Ramalho (2010) classifica evasão como uma expulsão escolar devido ao fato dela sempre estar relacionada a uma imposição, geralmente social que obriga o estudante a largar os estudos, majoritariamente essas condições estão relacionadas ao trabalho.

Souza e Alberto (2008, p.74) também afirmam que o trabalho além de ser uma necessidade na classe mais humilde, ainda é característico como privilégio por muitos:

Para a criança e adolescente das classes populares, determinados privilégios desfrutados no seio familiar são perdidos à medida que esses sujeitos crescem e passam a ter condições de fazer certas tarefas. Esse fato vem ratificar a cultura do trabalhador, segundo a qual, para os filhos das classes populares, trabalhar, mesmo em idade precoce, é uma forma de ocupar o tempo e aprender um ofício. Nesse sentido, o trabalho é entendido não só como uma necessidade, mas também como uma virtude.

Fortunato (2010), afirma que além da questão do emprego, muitos jovens abandonam o ambiente escolar por desmotivação, dificuldades de aprendizagem e até mesmo desinteresse pelo conteúdo que é abordado em sala de aula, visto que este saber deve estar relacionado ao conhecimento do educando.

Em outros casos, quando o aluno já frequentou a escola anteriormente, há uma certa resistência ao retornar, de acordo com Ceratti (2008), muitos sentem vergonha ou não conseguem conciliar o horário de estudo com o trabalho e optam pela Educação de Jovens e Adultos.

Vários pesquisadores abordam os danos do trabalho precoce que muitos são submetidos, é o caso de Souza e Alberto (2008):

No caso dos trabalhadores precoces, a rotina de trabalho, que lhes causam cansaço físico (dores no corpo, na cabeça), sobrecarga de responsabilidades e desânimo, priva-os da brincadeira, e não raro, de estudar, passando a se tornar referência primeira em termos do conhecimento ao invés das vivências escolares. Enquanto alunos, eles se atêm prevalentemente ao conhecimento do senso comum e das experiências cotidianas, o que contribui para que se tornem leigos no domínio dos conhecimentos científicos e no capital cultural requerido nas

sociedades escolarizadas. Assim, tendem a fracassar na escola, pois nesta, são exigidas habilidades pautadas em parâmetros que somente a educação formal poderá oferecer, entre as quais: raciocínio lógico, pensamento abstrato, linguagem conceitual, conceitos aritméticos e algébricos, entre outros.

Desta maneira, o ensino da EJA deve estar pautado no conhecimento de mundo dos educandos, pois estes não são como aqueles que frequentam o ensino regular, muitos voltam pois acabam assimilando a grande importância das instituições escolares como afirmam os estudos realizados por Souza (1994).

Haddad (2007, p.205) afirma que além de fatores internos como a dificuldade de aprendizagem, há elementos externos como a precariedade financeira, pois muitos alunos se condicionam a exaustivas horas de trabalho e esses motivos fazem com que os alunos comecem a evadir da EJA.

Haddad (2007, p.207) também afirma que antes a maior parte das pessoas que cursavam a Educação de Jovens e Adultos eram pessoas mais idosas oriundas de áreas rurais, contudo, hoje temos nos bancos escolares jovens urbanos que de certa forma evadiram devido a questões profissionais e necessidades que agora retornam para obter o diploma da educação básica.

Santos (2003) ressalta que uma das maiores dificuldades encontradas nos alunos de EJA é a conciliação entre o trabalho e o estudo e o próprio desânimo que pode ocorrer pela correria do dia a dia.

Contudo, ainda Santos (2003) ressalta que os mesmos alunos que deixam a escola por conta da vida frenética do capitalismo, retornam às instituições escolares por pressões da própria sociedade.

Entretanto, Haddad (1998, p.16) reforça a ideia que é preciso criar mecanismos para a frequência e permanência destes alunos na EJA:

[...] não basta oferecer escola; é necessário criar as condições de frequência, utilizando uma política de discriminação positiva, sob risco de mais uma vez, culpar os próprios alunos pelos seus fracassos.

Ou seja, é preciso estar sempre atento aos motivos que levam jovens e adultos a evadirem da Educação de Jovens e Adultos, para que desta forma, haja cada vez mais pessoas concluindo seus estudos para que se tornem inseridos em nossa sociedade que é cada vez mais excludente.

De acordo com Michelli (1981) os alunos adultos são diferentes dos demais que ministramos aulas, pois estes ingressaram muitas vezes cedo na vida profissional e que pode tomar plenas decisões de sua vida.

Bellan (2005) afirma que muitas vezes este aluno vem para aula cansado e toda a experiência de vida que estes educandos trazem precisam ser levadas em conta dentro da sala de aula durante o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Freire (1992), as relações que os homens mantêm com o mundo independe se ele é alfabetizado ou não, pois as pessoas são seres históricos e sociais que se comunicam constantemente. Além da grande velocidade de informações que estão sujeitos, seja através da grande mídia televisiva, internet entre outros.

Contudo, Freire (1980) define que o conhecimento é algo sempre inacabado e que a educação crítica considera os seres em desenvolvimento e é desta maneira que ocorrerá o ensino, uma troca incansável de experiências entre o aluno adulto e o educador.

Muchielli (1981) retoma a ideia que temos que motivar e conquistar os alunos da EJA constantemente e que os educadores devem acreditar que assim como as crianças, durante o processo de ensino aprendizagem, estamos formando pessoas que atuarão para agir na sociedade, torná-los críticos, reflexivos e mais humanizados.

Freire (1997) afirma que “o ensinar não é transferir conhecimento, mas possibilitar sua produção”, ou seja, o educador deve contar com todo o conhecimento de mundo que os jovens e adultos dispõem até mesmo para que a aula seja mais dinâmica e que não esteja distante do mundo que estes alunos se encontram.

É possível perceber que os alunos adultos estão interessados em um aprendizado a curto prazo que esteja ligado a suas condições profissionais, como afirma Gadotti (2003, p.39):

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, criar autoestima, pois sua ignorância lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada da infância, principalmente, em relação à escola. É preciso que tudo isso seja verbalizado e analisado.

O mesmo autor ressalta que trabalhar a andragogia, ou seja, a gênese do conhecimento do adulto é muito diferente de se trabalhar com a realidade das crianças que também não são tábuas rasas do conhecimento, contudo, a maior parte dos docentes apenas incorporam essas metodologias com o tempo em que atua na sala de aula.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através do desenvolvimento deste trabalho aqui apresentando foi possível concluir que a forma como as crianças estão recebendo e processando a alfabetização recebida nas escolas pelos professores, depende de como é aplicada a metodologia utilizada e do ritmo de cada aluno para a aprendizagem. O meio onde a criança está inserida também é um fator de influência no processo de aprendizagem. No decorrer desta revisão da literatura, vimos que

há diversas dificuldades que interferem de forma positiva ou negativa.

Podem ser intrínsecos ou extrínsecos, mostrando que o professor tem um importante papel no ensino aprendizagem de seus alunos.

A criança ao ingressar na educação, carrega consigo suas experiências vivenciadas de seu lar, ampliando e integrando sua cultura e suas relações sociais.

Portanto o professor deve conhecer e estar atento às etapas do desenvolvimento do aluno, colocando-se na posição de facilitador da aprendizagem. Ele deverá estabelecer uma relação de ajuda e de percepção com seus alunos.

Ser alfabetizado é participar das práticas de leitura e escrita e, portanto, se esse ensino não tiver metas definidas para cada ano do 1º ciclo, poderá diluir-se, não promovendo reflexão sobre todos os aspectos que o compõem.

Desta forma, essa pesquisa buscou analisar as práticas de alfabetização e letramento no 1º ciclo do Ensino fundamental e suas relações com as aprendizagens dos alunos.

Podemos dizer então, em vista do material analisado e da pesquisa bibliográfica, que alfabetização e letramento são processos indissociáveis, pois, a alfabetização se ocupa da aquisição do código da escrita e leitura pelo aluno e deve se desenvolver em um contexto de letramento para que se possa alcançar o sucesso no processo de ensino aprendizagem.

Assim, o professor é a pessoa mais importante na realização da alfabetização de seus alunos, pois a criança chega à escola e não sabe de forma sistematizada o que é ler e escrever, no entanto já tem um conhecimento de mundo que deve ser considerado.



O professor deve fazer com que o aluno se desenvolva e desperte o domínio da leitura e da escrita de forma lúdica e prazerosa, proporcionando assim uma aprendizagem significativa.

A alfabetização não tem a melhor idade, mas todos nos já começamos a ser alfabetizados desde cedo com o simples ato de aprender a falar, cantar e nos expressar.

A criança pequena não se importa com suas dificuldades e sua diferença com os demais colegas, mas, depois de certa idade se a criança apresentar alguma dificuldade ou diferença de aprendizado ela começa a se sentir diferente de seus colegas o que acaba que dificultando o aprendizado e seu desenvolvimento. Então quanto mais cedo ela tiver contato tanto da leitura com a escrita ela vai se desenvolver cada vez mais, é preciso estar atento quando a criança demonstrar alguma dificuldade para que possa deste ponto mediar, para que ele não o leve adiante, ou seja, não se prejudicar no decorrer do processo ensino aprendizado. Quanto mais cedo forem notadas as dificuldades, mais facilidade será a intervenção.

Além disso, constou-se que as práticas de alfabetização e letramento são distintas e que dependem da individualidade da criança, pois embora essas concepções sejam trabalhadas na instituição escolar, os aspectos sociais e culturais também interferem.

A tecnologia que permeia o nosso atual século XXI, possui características próprias de linguagem e letramento que também devem ser abordadas e ensinadas na escola, pois no decorrer da vida desses educandos, esta modalidade linguística permeará seu cotidiano.

A ludicidade que também foi evidenciada como forma de transformar a aprendizagem do educando, também possibilita inúmeros benefícios no que tange a relação entre o professor e o aluno, fazendo com que o aluno no caso da alfabetização, possua um conhecimento significativo.

Portanto, não existe um método certo para realizar a alfabetização e letramento dos alunos, deve acima de tudo valorizar o entorno em que este está inserido, para que desta forma haja uma formação de conhecimento significativo, que realmente tenha importância na vida deste educando, esta através do desenvolvimento do artigo foi a principal forma abordada para a criação de um cidadão crítico e participativo que fará

o uso dos códigos escritos constantemente, pois vivemos em um mundo digital e letrado.

Além disso, a pesquisa abordou a situação da alfabetização para o educando da EJA que apesar de abandonar os bancos escolares, acabam retornando, pois vivem em uma sociedade letrada, e tem a necessidade da interação e familiarização com a língua.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLAN ZEZINA SOARES. Andragogia em ação: como ensinar adultos sem se tornar maçante. Santa Barbara d'Oeste, SP: SOCEP Editora, 2005.

BRASIL. **Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios**: ano 1: unidade 1 / Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional – Brasília: MEC, SEB, 2012

BRASIL. Pró-letramento: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental – **alfabetização e linguagem**. Brasília. MEC/SEB, 2008. Disponível em: <[www.mec.gov.br/seb](http://www.mec.gov.br/seb)>. Acesso em.10/03/2018

BONDY, A. S. & FROST, L. A. (1994). **The picture exchange communication system training manual**. Cherry Hill: Pyramid Educational Consultants.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar**: diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

CERATTI, M.R.N. Evasão escolar: causas e consequências. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/242-4.pdf>? Acesso em 15/03/2018

CHARMEUX, Eveline. **Aprender a ler: vencendo o fracasso**. Tradução de Maria José do Amaral Ferreira. – 2ª Ed – São Paulo: Cortez, 1995.

COLELLO, S. M. G. **Alfabetização em questão**. 3 ed., São Paulo: Graal, 2005.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. Texto de como parte da dissertação de mestrado defendida na FE-USP (1999) intitulada: "Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação". Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/Biblioteca/metodo.htm>>. Acesso em: 17 de março de 2018.

FERREIRO, Emilia; PALÁCIO, Margarita Gomes. **Os Processos de Leitura e Escrita**: novas perspectivas. 2 ed., Porto Alegre: Artmed 2007.

\_\_\_\_\_, TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

FORTUNATO I. Educação de jovens e adultos. REU. Sorocaba: São Paulo, v.36, n.3, 2010.

FREIRE, Paulo; DONALDO, Macedo. **Alfabetização**: leitura da palavra leitura do mundo. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Editora Paz e Terra, 6 edição, RJ, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Saber aprender**: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria. Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

HADDAD, Sérgio. **Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas. Editora Global, São Paulo, 2007.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **O brincar e a cultura**. Anais do Seminário Literatura, Arte, Educação, Luso Brasileiro. 4 ed., São Paulo: Mimeo, 2008.

LOPES, Selva P; SOUSA, Luzia S. EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia? **Revista Alfabetização Solidária** (Alfasol), v.5, março/2005

MUCC HIELLI ROGER. **A Formação de Adultos**. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1981.

PELANDRÉ, N. L. **Efeitos a longo prazo do método de alfabetização Paulo Freire**. Florianópolis: UFSC. 1998 Tese (Doutorado), 1998.

RAMALHO, R. **A Evasão Escolar e o Analfabetismo**: Breves Considerações. 2010. Disponível em: <http://webartigos.com/articles/29319/1/A - Evasao-e-o-Analfabetismo-Breves-Consideracoes/pagina1.html>. Acesso em: 20/03/2018

SANTOS, G.L. dos. Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, 2003

SCHMIDT, Maria Helena Costa Braga; MARQUES, Maria Lúcia; COSTA, Vera Lúcia Vãos Gomes da. **O processo de aquisição da leitura e da escrita na infância**. In: DIAS, Marina Célia Moraes; NICOLAU, Marieta Lúcia Machado (Orgs.). Oficinas de sonho e realidade na formação do educador da infância. Campinas, SP: Papyrus, 2003. p. 193-205.

SOARES, Magda Becker. **As muitas facetas da alfabetização**. 6 ed., Minas Gerais, 2006.

SOARES., Magda Becker.. **Letramento**: Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_, Magda Becker. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. In: 26ª Reunião

Anual da ANPEd, 2003. GT 10 – Alfabetização, Leitura e Escrita. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em 20/04/2018

\_\_\_\_\_, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação & Sociedade. **Revista de Ciências e Educação**. V. 23, n 81, São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, dez. 2002. p. 143-60.

SOUZA, O.M.C.G de, ALBERTO, M de F.P Trabalho Precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. **Psicologia em estudo**. Maringá, v.13, n.4,2008

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo escrever**: perspectivas psicológicas e implicações educacionais. 4 ed., São Paulo: Ática, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; CRUZ, Magda do Carmo Silva. Brasil: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais: ano 1: unidade 7/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BARBOSA: José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

**Ampliação do ensino fundamental para nove anos**. Brasília, DF: 2004<sup>a</sup>. Relatório.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação à Distância. **Salto para o Futuro**. Brasília, Setembro, 2009.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

\_\_\_\_\_, **Currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem: ano 2: unidade 2/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: Um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis: Vozes, 2005;

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Marcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2009.

DEMO. Pedro. **Leitores para sempre**. Porto Alegre, 2ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KLEIMAM, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Cefiel/ IEL/ Unicamp, 2005-2010.

KRAMER, Sonia. In. **Ensino Fundamental 9 anos- orientações pedagógicas para os anos iniciais**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Curitiba, 2010

SOARES, Magda. In. CASTANHEIRA, Maria Lucia, MACIEL, Francisca

Izabel Pereira & MARTINS, Raquel Marcia Fontes. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2009, p.15.

SOARES, Magda Becker. Brasil: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio á Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. Ed.- Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 1999